

Carlos Nássaro Araújo da Paixão - *As estratégias de arregimentação política do interventor Juracy Magalhães e o lugar das oligarquias baianas na correlação de forças após a Revolução de 1930 (1930-1934)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 76-104. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a5

As estratégias de arregimentação política do interventor Juracy Magalhães e o lugar das oligarquias baianas na correlação de forças após a Revolução de 1930 (1930-1934)

The strategies of political regimentation by the interventor Juracy Magalhães and the place of Bahian oligarchies in the correlation of forces after the 1930 Revolution (1930-1934)

Les stratégies de régimentation politique de l'intervenant Juracy Magalhães et la place des oligarchies bahianaises dans la corrélation des forces après la Révolution de 1930 (1930-1934)

Las estrategias de reglamentación política del interventor Juracy Magalhães y el lugar de las oligarquías bahianas en la correlación de fuerzas después de la Revolución de 1930 (1930-1934)

Carlos Nássaro Araújo da Paixão
IFBAIANO
carlos.hyst@gmail.com

Resumo: Juracy Magalhães, que participara da Revolução de 1930 na linha de frente das forças revolucionárias no norte do país, foi escolhido para assumir a Interventoria Federal na Bahia, em setembro de 1931, e tentar conter a instabilidade política que se instalara no estado, desde a vitória da Revolução, em outubro de 1930. No período em questão, as crises políticas foram constantes no país. A explicação pode vir das disputas entre diferentes projetos defendidos pelos distintos grupos sociais que foram vencedores em 1930 (oligarquias dissidentes, jovem oficialidade do exército), além da oposição das oligarquias vencidas. Neste artigo, discutem-se as relações entre o interventor federal na Bahia, Juracy Magalhães, e os membros dos diferentes grupos oligárquicos baianos, destacando-se os processos de arregimentação política e acomodações que marcaram a centralização e o fortalecimento do poder executivo e o seu papel na conjuntura de 1930 a 1934, assim como a análise da maneira pela qual foi articulado o agrupamento político, em volta da sua liderança, através do alistamento partidário de chefes locais no interior e na capital do estado. As fontes que embasaram a escrita do presente texto são de natureza diversa. Livros de memória de Juracy Magalhães intitulados Minha Vida Pública na Bahia (1957), Minhas Memórias Provisórias (1987) e O Último Tenente (1996) jornais; correspondências; Mensagem ao Chefe do Governo Provisório; Documentos da Associação Comercial da Bahia; Documentos do Gabinete Civil da Presidência da República e da Seção Republicana do Arquivo Público da Bahia.

Palavras-Chave: Juracy Magalhães, Bahia, Revolução de 1930, Oligarquias.

Abstract: Juracy Magalhães who had participated of revolutionary forces in the north of the country in the 1930 Revolution, was chosen to assume the Federal Intervention in Bahia in September 1931 and to contain the political instability that had settled in the state, since the victory of the Revolution in October 1930. In such context, the political crises were constant in the country. The explanation may come from the disputes among different protected projects for the different groups partners that were winner in 1930 (oligarchies dissident, young army officer) in addition to the opposition of the defeated oligarchies. This article discussed the relationships between the federal intervenor of Bahia, Juracy Magalhães and the members of the different Bahian oligarchic groups, standing political regimentation processes and accommodations that marked the centralization and the invigoration of the executive power in this process in the conjuncture of 1930 to 1934, as well as the analysis in the way for the which was articulate political grouping, through the support of local bosses in the interior and in the capital of state. The sources that supported the writing of this text are Memory books written by Juracy Magalhães (Minha Vida Pública na Bahia (1957), Minhas Memórias Provisórias (1987) e O Último Tenente (1996)), newspapers; correspondence; Message to the Head of the Interim Government; Documents from the Commercial Association of Bahia; Documents from

Carlos Nássaro Araújo da Paixão - *As estratégias de arregimentação política do interventor Juracy Magalhães e o lugar das oligarquias baianas na correlação de forças após a Revolução de 1930 (1930-1934)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n° 1. 2020. 76-104. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a5

the Civil Office of the Presidency of the Republic and the Republican Section of the Public Archive of Bahia.

Keywords: Juracy Magalhães, Bahia, Revolution of 1930, Oligarchies.

Résumé: Juracy Magalhães, qui avait participé à la Révolution de 1930 sur les lignes de front des forces révolutionnaires dans le nord du pays, a été choisie pour reprendre l'Interventoria fédérale à Bahia, en septembre 1931, et essayer de contenir l'instabilité politique qui s'était installée dans l'État, depuis la victoire de la Révolution en octobre 1930. Pendant la période en question, les crises politiques sont constantes dans le pays. L'explication peut venir des disputes entre différents projets défendus par les différents groupes sociaux vainqueurs en 1930 (oligarchies dissidentes, jeunes officiers de l'armée), en plus de l'opposition des oligarchies vaincues. Dans cet article, les relations entre l'intervenant fédéral à Bahia, Juracy Magalhães, et les membres des différents groupes oligarchiques bahianais sont discutées, mettant en évidence les processus de régimentation politique et d'accommodement qui ont marqué la centralisation et le renforcement du pouvoir exécutif et de son rôle dans la conjoncture de 1930 à 1934, ainsi que l'analyse de la manière dont le groupe politique s'est articulé, autour de sa direction, à travers l'enrôlement du parti des chefs locaux à l'intérieur et dans la capitale de l'État. Les sources qui ont soutenu la rédaction de ce texte sont de nature différente. Des livres de mémoire de Juracy Magalhães intitulés journaux *Minha Vida Pública na Bahia* (1957), *Mis Provisórias Memórias* (1987) et *O Último Tenente* (1996); correspondances; Message au chef du gouvernement provisoire; Documents de l'Association commerciale de Bahia; Documents de l'Office civil de la présidence de la République et de la section républicaine des archives publiques de Bahia.

Mots-clés: Juracy Magalhães, Bahia, Révolution de 1930, Oligarchies.

Resumen: Juracy Magalhães, que había participado en la Revolución de 1930 en el frente de las fuerzas revolucionarias en el norte del país, fue elegida para hacerse cargo de la Interventoria Federal en Bahía, en septiembre de 1931, y tratar de contener la inestabilidad política que se había instalado en el estado, desde la victoria de la Revolución en octubre de 1930. Durante el período en cuestión, las crisis políticas fueron constantes en el país. La explicación puede provenir de las disputas entre diferentes proyectos defendidos por los diferentes grupos sociales que fueron ganadores en 1930 (oligarquías disidentes, jóvenes oficiales del ejército), además de la oposición de las oligarquías derrotadas. En este artículo, se discuten las relaciones entre el interventor federal en Bahía, Juracy Magalhães, y los miembros de los diferentes grupos oligárquicos bahianos, destacando los procesos de regulación política y acomodación que marcaron la centralización y el fortalecimiento del poder ejecutivo y su papel en la coyuntura de 1930 a 1934, así como el análisis de la forma en que se articuló el grupo político, en torno a su liderazgo, a través del alistamiento del partido de los jefes locales en el interior y en la capital del estado. Las fuentes que respaldaron la redacción de este texto son de una naturaleza diferente. Los libros de recuerdos de Juracy Magalhães titulados *Minha Vida Pública na Bahia* (1957), *Mis Provisórias Memórias* (1987) y *O Último Tenente* (1996); correspondencias; Mensaje al Jefe del Gobierno Provisional; Documentos de la Asociación Comercial de Bahía; Documentos de la Oficina Civil de la Presidencia de la República y de la Sección Republicana del Archivo Público de Bahía.

Palabras clave: Juracy Magalhães, Bahía, Revolución de 1930, Oligarquías.

Introdução

Em setembro de 1931, Juracy Magalhães chegou à Bahia para assumir o cargo de Interventor Federal, após ser nomeado por Getúlio Vargas, e encontrou a resistência dos diversos grupos que formavam a oligarquia baiana, organizados para a disputa do aparelho de Estado, desde, pelo menos, a instalação da República. Sua base de domínio político estava intrinsecamente relacionada com a posse e exploração da terra, portanto,

Carlos Nássaro Araújo da Paixão - *As estratégias de arregimentação política do interventor Juracy Magalhães e o lugar das oligarquias baianas na correlação de forças após a Revolução de 1930 (1930-1934)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 76-104. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a5

caracterizada como uma oligarquia agrária, aliada aos grupos urbano-mercantis, além de intelectuais e elementos dos setores médios que adentravam o jogo político em situação de subordinação.

Por ocasião da Revolução de 1930 havia, na Bahia, uma aliança entre as frações das classes dominantes baianas, formadas a partir de um acordo entre os setores financeiro, comercial e agroexportador, além da oligarquia agrária representada pelos coronéis do sertão, que buscavam, através do Estado, a resolução para os problemas econômicos e financeiros gerados pela crise do sistema capitalista global em 1929. E foram estes os grupos organizados que Juracy Magalhães encontrou no início de sua ocupação do cargo no executivo baiano.

Não foi fácil para Getúlio Vargas indicar um nome para assumir a interventoria federal na Bahia que fosse do agrado das diversas facções que constituíam as oligarquias locais (Silva, 2000: 25-32). Buscando evitá-las ou contorná-las, o governo provisório nomeou dois baianos que eram alheios às competições políticas locais, Leopoldo do Amaral e Arthur Neiva. Ambos enfrentaram fortes resistências, principalmente porque o segundo colocou em prática um plano de reorganização administrativa dos municípios baianos, a partir do qual eliminou do mapa cidades centenárias, atingindo em cheio o poder do mandonismo local.

O substituto do prof. Arthur Neiva era objeto de preocupação por parte do governo provisório e Juracy Magalhães foi convidado para ocupar o cargo, embora, inicialmente, o tenha recusado. De acordo com as suas memórias, preferia o nome do também tenente, companheiro de escola militar e baiano, Jurandyr Mamede (Magalhães, 1957: 48)¹. Aceitou o posto, alegando que a “revolução” ainda não se completara e por isto havia um imperativo de servi-la. À época, os atributos do então tenente foram dados a conhecer através de Juarez Távora ao anunciar ao prefeito de Salvador, Pimenta da Cunha: “um dos mais brilhantes oficiais moços que fizeram a Revolução no Norte do país. Estou certo

¹ O livro *Minha Vida Pública na Bahia* foi publicado em 1957 e se configura como um relato biográfico de Juracy Magalhães, com destaque para os cargos que ocupou em sua trajetória política até àquela altura. Foi uma espécie de homenagem dos seus correligionários pelos 25 anos de vida pública do então Senador eleito pela Bahia. Foram anexados uma série de mensagens e discurso proferidos durante o período compreendido entre setembro de 1931 e novembro de 1955.

Carlos Nássaro Araújo da Paixão - *As estratégias de arregimentação política do interventor Juracy Magalhães e o lugar das oligarquias baianas na correlação de forças após a Revolução de 1930 (1930-1934)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 76-104. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a5

de que ele honrará, cabalmente o mandato que lhe confiou o governo provisório.” (Magalhães, 1957: 51).

No relato anterior, Juracy Magalhães buscou fazer parecer que a escolha do seu nome foi resultado inequívoco dos seus serviços prestados à “revolução”, bem como teria sido um consenso entre os principais chefes do movimento. No entanto, em seu diário, o principal responsável pela nomeação do interventor na Bahia, Getúlio Vargas, sugeriu que havia alguma tensão na relação entre Juarez Távora e o seu então secretário e a indicação seria uma estratégia para apaziguá-la. Vargas referiu-se a este fato da seguinte maneira: “acomodando divergências entre Juarez e Juraci, ficou resolvida a nomeação deste para interventor na Bahia, como o primeiro desejava” (Vargas, 1995: 69).

Ainda nesse jogo de esconde/revela das memórias, o que não apareceu de maneira explícita em sua evocação desse fato, diz respeito à sua responsabilidade pelas ações e pela tomada de decisões da Delegacia Militar do Norte no momento de convalescência de Juarez Távora². E, portanto, ele foi um dos articuladores deste movimento de militarização das interventorias do Norte, segundo Raimundo Hélio Lopes (2014: 216).

Juracy Magalhães também atribuiu a escolha do seu nome a uma manobra política de Getúlio Vargas para limitar os poderes do chamado “Vice-Rei do Norte”, pois, ele representando uma escolha pessoal do chefe do governo provisório, deveria se reportar apenas a esse. Ficou, desse modo, ligado diretamente à autoridade de Getúlio Vargas e assumiu o posto de interventor em um dos momentos mais agitados do pós-revolução de 1930 (Gueiros, 1996: 21)³.

O regime que se instalou após 1930 atribuiu ao Estado o papel de árbitro entre as diferentes classes sociais e, mais do que isso, fez com que assumisse, a partir desta

² Foi nesse processo que ele se envolveu em uma disputa com Fernandes Távora, o Manduca, irmão de Juarez, que foi retirado da interventoria do Ceará por influência de Juracy Magalhães (Magalhães, 1982: 57-60). O entrevero entre Juarez Távora e Fernandes Távora e Juracy Magalhães, resultou no estremecimento da amizade entre os dois militares. Juracy Magalhães ressaltou o ressentimento do antigo chefe em suas memórias. (Gueiros, 1996: 137-138). Além disso, se colocou como esse elemento de prestígio e de manutenção da ordem, da disciplina e dos ideais revolucionários.

³ O Livro *O Último Tenente* foi publicado em 1996 sob a organização do jornalista J. A. Gueiros. Neste, Juracy Magalhães relatou pela terceira vez as suas memórias. Destacando a sua trajetória política e enfatizando o seu pertencimento ao grupo dos chamados “tenentes”. Jovens oficiais do exército que teve destaque na vida política do país entre a década de 1920 e início da de 1930. Muitos dos quais assumiram postos no aparelho de Estado a partir de Revolução de 1930, como representa da própria carreira do personagem.

Carlos Nássaro Araújo da Paixão - *As estratégias de arregimentação política do interventor Juracy Magalhães e o lugar das oligarquias baianas na correlação de forças após a Revolução de 1930 (1930-1934)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 76-104. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a5

autonomia relativa, a tarefa de gerente da organização social e econômica da sociedade⁴. Daí adveio a montagem de uma estrutura de poder centralizada com um alto grau de autoritarismo baseado em um aparelho estatal e burocrático que tinha um grande peso na organização política⁵ (Souza, 1976: 83). No entanto, o processo de centralização não ocorreu de maneira imediata e foi se organizando a partir de 1930 e, mesmo após o Estado Novo (1937-1945), a estrutura político-burocrático não estava completamente implantada.

As interventorias representavam o primeiro mecanismo institucional pós-1930 posto em funcionamento e sua função precípua era interligar as oligarquias estaduais, os ministérios e a Presidência da República. Do ponto de vista prático, não interferiam diretamente nos pilares, na base econômica que garantia o poder político nos estados. No entanto, acabavam por enfraquecer as antigas situações oligárquicas, pois seu poder não estava ancorado nas relações estabelecidas internamente, mas na sustentação que recebia do governo federal. Sobre isso se refere Maria do Carmo Campello de Souza (1976): “removia-se, assim, boa parte dos empecilhos à centralização administrativa e estabelecia-se, através do interventor, uma convivência entre as diversas correntes da política regional, sem que o governo central entrasse em conflito com elas” (Souza, 1976: 88-89). Estabelecia-se uma espécie de equilíbrio precário entre as forças políticas regionais e a máquina administrativa centralizadora. Portanto, era o interventor uma peça-chave no estabelecimento da relação entre o poder central e os estados e suas oligarquias. Desempenhavam um papel considerado crucial nas mudanças almejadas pela Aliança Liberal e o governo Vargas (Souza, 1976: 95).

O recorte temporal se justifica por ser um período de intensa instabilidade política e de definições entre as forças sócio-políticas em disputa. A jovem oficialidade do

⁴ A Revolução de 1930 pode ser entendida como um processo de recrudescimento da luta de classes, em um momento cujas classes sociais em disputa foram incapacitadas de exercerem a hegemonia, a saída encontrada pela burguesia foi abrir mão do seu poder político com o objetivo de manter o seu domínio social (Demier, 2012: 75). Esta conceituação da Revolução de 1930 teve como pioneiro Boris Fausto (1982).

⁵ Neste artigo, o papel de Juracy Magalhães, jovem oficial cearense, na Interventoria é interpretado a partir desse processo de centralização política preconizado por determinados grupos vencedores de 1930. Suas ações à frente do executivo baiano se deram no sentido de garantir a aplicação na Bahia do receituário político e econômico varguista. Isso pelo menos até o rompimento total entre ambos, em 1937. Sobre esta questão ver Paixão (2018).

Carlos Nássaro Araújo da Paixão - *As estratégias de arregimentação política do interventor Juracy Magalhães e o lugar das oligarquias baianas na correlação de forças após a Revolução de 1930 (1930-1934)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 76-104. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a5

exército e as oligarquias dissidentes, que se aliaram para a formação da Aliança Liberal e para a deflagração da Revolução de 1930, tão logo chegaram ao poder, entraram em disputa a respeito da duração do regime e da sua natureza. Os primeiros resistiam ao máximo à volta do regime constitucional e exigiam a ampliação dos poderes de centralização e intervenção do Estado. Os segundos pleiteavam a imediata convocação de uma Assembleia Constituinte e a promulgação de uma Constituição, bem como a manutenção do modelo federativo. Além da tentativa de retorno à cena política dos setores oligárquicos derrotados. Foi este contexto, tendo como foco de análise a situação da Bahia, que buscamos compreender o que se considerava o principal objetivo para o qual Juracy Magalhães foi colocado no posto de interventor: ser, efetivamente, o executor das ideias e dos planos construídos pelos vencedores de 1930, que defendiam o fortalecimento do central.

Os primeiros contatos com os “decaídos”

Ao chegar à Bahia, Juracy Magalhães articulou-se com diferentes setores remanescentes da classe dominante local, já discriminados anteriormente. Mas, antes mesmo de tomar posse oficialmente, buscou contato com alguns dos líderes do grupo político alijado do poder no pós-1930. “Avistou-se com o sr. Pedro Lago. Procurou o sr. J. J. Seabra. Esteve com o sr. João Mangabeira e várias outras figuras de prol (*sic*) da Bahia” (Magalhães, 1957: 52).

O jornal *Diário de Notícias* deu destaque para a busca do jovem tenente por apoio e conselho junto às lideranças tradicionais do jogo político na Bahia:

«O “Diário da Noite” diz que o Tenente Juracy Magalhães teve na semana finda um gesto que repercutiu profundamente. Antes de seguir para a Bahia quis encontrar-se com algumas figuras da política baiana, não só para conhecê-las, pessoalmente, como para trocar com todas elas ideias acerca de seus planos de governo. / Num rasgo de superioridade, que bastante o eleva, o sr. Juracy não se limitou a encontrar-se, apenas, com os ‘leaders’ liberais ligados à luta contra a reação; ele avistou-se quer com o sr. J. J. Seabra, quer com os srs. João Mangabeira e Pedro Lago. Sabemos que a impressão deixada pelo sr. Juracy nos círculos baianos foi excelente. Como verdadeiro homem de governo, na altura da situação do Brasil, o jovem soldado venceu. O êxito de sua missão administrativa na Bahia depende do governo apoiado por todo o povo baiano. É essa obra de congraçamento e coesão de vontades superiormente dirigidas que o sr. Juracy está empreendendo, sob uma atmosfera de confiança e simpatia que estão dissipando mesmo nos que o combatiam as prevenções com que foi recebida a sua escolha» (Biblioteca Pública do Estado da Bahia, *Diário de Notícias*, 01/09/1931: 01).

Carlos Nássaro Araújo da Paixão - *As estratégias de arregimentação política do interventor Juracy Magalhães e o lugar das oligarquias baianas na correlação de forças após a Revolução de 1930 (1930-1934)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 76-104. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a5

Entre os consultados, o único que se mostrou aberto a algum tipo de aproximação foi o ex- futuro governador Pedro Lago, cuja posse foi frustrada pelo movimento que teve Juracy como um dos seus participantes. No almoço com Pedro Lago foram indicados nomes que se tornaram importantes aliados como, por exemplo, Medeiros Neto, caracterizado como um grande companheiro de organização política; Altamirando Requião, diretor do jornal *Diário de Notícias* e Marques dos Reis, ex-secretário do Governo Calmon, considerado intelectual de renome e advogado prestigiado na sociedade baiana (Magalhães, 1982: 74-75). Outro contato fundamental foi o desembargador Pedro Ribeiro, descendente de uma tradicional família da região do Recôncavo, que o apresentou ao seu filho, Clemente Mariani, completando, desse modo, o núcleo duro de seu grupo político. Além disso, a sua ligação com a Casa Magalhães, uma empresa exportadora e financiadora dos produtores de açúcar, o aproximou dos representantes do grande comércio baiano (Carone, 1975: 236).

O primeiro sinal emitido por Juracy Magalhães para uma aproximação com esses setores das classes dominantes foi o pronto arquivamento dos inquéritos abertos pelo Tribunal Especial, responsável pelo julgamento político das ações dos membros do grupo que dominava o estado até 1930. Ele rapidamente pôs um fim às ameaças de confisco de bens e prisões arbitrárias, engavetando processos e encerrando represálias (Magalhães, 1982:75):

«Ao tomar posse no governo, eu tinha encontrado uma infinidade de inquéritos instaurados por meu antecessor, muitos deles sem o menor fundamento. A sociedade baiana estava com medo das providências ditas revolucionárias. Resolvi logo acabar com as ameaças de confisco de bens e de prisão sem justa causa, determinando o arquivamento dos processos de fundo político e anunciando que ninguém sofreria represálias por ter sido, em princípio, contrário ao nosso movimento» (Gueiros, 1996: 130).

Ao falar dos chamados “políticos decaídos”, Juracy Magalhães reconheceu, em uma carta endereçada à Vargas, no dia 01 de novembro de 1931, que eles “voltarão à carga” assim que o impacto inicial da queda arrefecer. Explicitamente afirmou que “as suas máquinas, em grande parte, foram mantidas intactas, porque a Revolução Brasileira, em sua essência, foi conservadora” (Magalhães, 1982: 223). Após esse reconhecimento, destacou para o seu chefe a necessidade da rápida reorganização política caso desejasse levar adiante a “vitória da Revolução” (Magalhães, 1982: 223-224).

Carlos Nássaro Araújo da Paixão - *As estratégias de arregimentação política do interventor Juracy Magalhães e o lugar das oligarquias baianas na correlação de forças após a Revolução de 1930 (1930-1934)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 76-104. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a5

Maria do Carmo Campello de Souza, sobre esse assunto, também compreendeu que:

«O desmantelamento da velha ordem não ultrapassou os limites de uma “modernização conservadora”: sem qualquer reformulação radical da estrutura socioeconômica existente encaixavam-se no sistema político novos grupos e interesses, devidamente cooptados e burocratizados. Assim, dadas as características sociais do movimento de trinta, (...), a almejada implantação de um Estado forte e centralizado significou, de fato, **não** a marginalização dos interesses econômicos dominantes do período anterior, mas sim uma redefinição dos canais de acesso e influência para a articulação de todos os interesses, velhos ou novos, com o poder central» (Souza, 1976: 84) (grifos da autora).

Pelos jornais da capital baiana era possível flagrar os movimentos efetuados por aqueles que aderiam ao novo interventor. O *Diário da Bahia*, que até agosto de 1932 era ligado aos *seabristas*, portanto ferrenhos opositores de Juracy Magalhães, detectaram prontamente a debandada de “velhos políticos” para as hostes governistas. Em artigo intitulado, “Revolucionários de Fancaria”, acusava de oportunismo aqueles que eram “aduladores de todos os governos” e que “aguardavam nesta capital, o momento de implorarem ao novo interventor, as posições públicas” (Biblioteca Pública do Estado da Bahia, *Diário da Bahia*, 25/09/1931: 01).

A base de apoio político do interventor federal na Bahia foi se formando a partir de elementos que faziam parte da situação “decaída”, ou seja, do República Oligárquica vigente até 1930. Após a chegada de Juracy Magalhães à interventoria estabeleceu-se uma relação que não pode ser reduzida à ideia de simples cooptação. Em que termos isto pode ser esclarecido? Por um lado, Juracy Magalhães detinham em suas mãos os poderes na condição de preposto do grupo vencedor em 1930. Por outro, as frações das classes dominantes locais que estavam alijadas do poder desde pelo menos 1924, possuíam a inserção e as redes de articulações político-sociais necessárias para que aquele pudesse estabelecer uma dominação política no Estado. Para o cumprimento deste objetivo foram co-fundadores do Partido Social Democrático (PSD), participando do seu diretório central e articulando os apoios necessários para que o interventor pudesse consolidar seu domínio. Todos foram eleitos pelo partido do interventor para ocupar uma vaga na Assembleia Constituinte, em 1933.

Carlos Nássaro Araújo da Paixão - *As estratégias de arregimentação política do interventor Juracy Magalhães e o lugar das oligarquias baianas na correlação de forças após a Revolução de 1930 (1930-1934)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 76-104. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a5

No ano seguinte, em 1934, muitos daqueles considerados decaídos elegeram-se para a Câmara dos Deputados. Assumiram a condição de líderes de partido e líderes da maioria e na casa legislativa. Pacheco de Oliveira e Medeiros Neto abriram mão de sua cadeira, pois foram eleitos indiretamente pela Assembleia Constituinte estadual para o cargo de Senador, Marques dos Reis foi para o Ministério da Viação⁶.

Esses atores políticos integravam um quadro mais amplo representado pelo conjunto das classes dominantes da Bahia. Eles apresentavam trajetórias pessoais, acadêmicas e políticas comuns. O *modus operandi* foi também compartilhado, como o apelo às relações pessoais para se chegar às posições de destaque no cenário político.

Em outra carta endereçada a Vargas, em 06 de maio de 1932, Juracy continuou a tratar daquilo que ele denominou de “[organizar] a Bahia, politicamente, ao lado da Revolução”. Mas, que, de fato, se tratava da arregimentação política de grupos das classes dominantes para a formação de uma base que pudesse sustentá-lo politicamente enquanto estivesse no governo.

A aproximação com a burguesia comercial

Para além dos grupos políticos *strictu sensu*, Juracy Magalhães se aproximou da fração comercial da burguesia baiana, através da sua agremiação de classe, a Associação Comercial da Bahia (ACB):

«Na capital, onde o problema é mais difícil, já temos também elementos e valor da sociedade baiana, que se encarregarão de preparar a opinião ao lado das ideias revolucionárias. Ontem tive uma longa conferência com o Presidente da Associação Comercial e outras figuras prestigiosas das classes conservadoras, que estão dispostas a abandonar a atitude comodista que sempre mantiveram, em benefício dos seus próprios interesses» (Magalhães, 1982: 228-229).

A associação de classe atuava, de acordo com a análise de Mario Augusto Santos (1991), como um grupo de pressão. A fração burguesa ligada ao comércio de importação e exportação era a que se fazia mais incisiva em suas reivindicações. Havia uma predominância dos interesses deste setor em relação às questões dos impostos e dos

⁶ Estas informações biográficas e de trajetória política destes e outros personagens da História Política brasileira podem ser encontradas no *site* do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas. Na opção referente ao Dicionário-Histórico Biográfico Brasileiro.

Carlos Nássaro Araújo da Paixão - *As estratégias de arregimentação política do interventor Juracy Magalhães e o lugar das oligarquias baianas na correlação de forças após a Revolução de 1930 (1930-1934)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 76-104. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a5

transportes, ou qualquer outro fator que dissesse respeito à defesa de seus interesses.

Santos compreendeu que:

«A força de tais interesses explica-se em função de duas circunstâncias: o papel fundamental que o setor exportador-importador desempenhava na economia do país, economia periférica, sempre dependente dos mercados internacionais, situação que exemplificava, perfeitamente, na Bahia: as posições que representantes daquele setor ocupavam dentro da entidade de classe» (Santos, 1991: 55).

O prestígio da Associação Comercial no conjunto das classes dominantes baianas derivava da sua capacidade financeira que, por sua vez, era decorrente das fortunas pessoais de seus associados. Isto se explicava porque estes consórcios eram ligados ao setor dos bens de capital e representavam os ramos de exportação e importação. Nesse sentido, “era a riqueza dos seus dirigentes – (...) – o que os qualificava e permitia à entidade criar e manter uma ampla teia de relações com o Poder, com os políticos (...)” (Santos, 1991: 127-128).

Desse modo, Juracy Magalhães não poderia prescindir do apoio necessário desse grupo, caso desejasse se inserir nos mais altos escalões da sociedade baiana. Por outro lado, a necessidade de manter intactas as condições propícias para a realização de seus negócios, instava a direção da agremiação a uma aproximação com a cúpula dirigente estadual. O comportamento da direção da instituição, após 1930, se caracterizou, inicialmente, por uma colaboração oficial, até evoluir para uma situação de adesismo (Santos, 1991: 114).

Em relatório, a direção da referida associação justificou o apoio dispensado aos vencedores de 1930. Sua tendência de aproximação com o chefe do Governo Provisório ocorreu com a aprovação de uma moção de apoio e congratulações pela vitória do movimento “revolucionário”, em 21 de novembro de 1930. Esse processo se intensificou com o estreitamento das relações com os interventores locais. O documento deixa transparecer o caráter adesista da instituição, uma vez que parece não importar qual a posição política do ocupante de momento do Palácio do Governo. Desde que atendidas as suas demandas,

«A Associação Comercial da Bahia manteve sempre cordiais relações com os ilustres dirigentes do Estado (...). A sua feição de órgão representativo das classes

Carlos Nássaro Araújo da Paixão - *As estratégias de arregimentação política do interventor Juracy Magalhães e o lugar das oligarquias baianas na correlação de forças após a Revolução de 1930 (1930-1934)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 76-104. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a5

conservadoras, alheia inteiramente das competições políticas, ou do partidarismo regional, permitira-lhe receber condignamente aos dignos interventores federais, que a distinguiram com a sua espontânea visita pessoal» (Relatório da ACB, 21/02/1932: 177-178).

A visita de Juracy Magalhães à Associação ocorreu no dia 6 de novembro de 1931, pouco mais de um mês após a sua posse na interventoria do estado, ele compareceu a uma solenidade realizada na sede da instituição. Algumas palavras do presidente, Almir de Azevedo Gordilho, lançaram as bases, a partir das quais a relação deveria se alicerçar:

«A sua presença nesta Casa, Sr. Interventor, tem uma significação de muito maior relevo que a de um simples ato de cortesia e urbanidade de si mesmo merecedor de cordial retribuição. / Como hei dito, é uma prova incontestada de ata deferência às classes conservadoras aqui associadas e reunidas neste momento, pelos seus valores, e ao mesmo tempo oferece uma oportunidade feliz de mutuamente se testemunharem e apreço e a confiança que alicerçam recíprocas relações. Ainda mais, os governos bem orientados, não prescindem de auscultar diretamente as expressões representativas de seu meio, e dentre elas, seria falsa modéstia ocultar, estão as classes conservadoras do Estado» (Relatório da ACB, 21/02/1932: 183-184).

Após estas elogiosas palavras iniciais, o presidente da Associação se utilizou do discurso de boas-vindas para apresentar ao interventor a plataforma de reivindicações da fração comercial da burguesia baiana. Tacitamente, o apoio oferecido ao novo chefe do executivo estadual era condicionado à ação desse em defesa dos interesses dos representantes do comércio. Condição que já estava presente inicialmente, vide o fato de que a visita foi entendida como uma deferência em relação àquele grupo. Além disso, os membros da Associação se colocaram como os detentores dos conselhos que poderiam facilitar o trabalho dos governos, principalmente em matéria de finanças e economia.

«Não é de hoje, que a Associação Comercial da Bahia advoga calorosamente a realização deste programa [equilíbrio orçamentário, compressão de despesas, extinção do banditismo no interior]. Em abril do ano passado, em memorial dirigido ao poder público e subscrito por quem ora o repete, esta Instituição publicava o seguinte: “De todos os recantos do Estado chegam-nos, dia a dia, apelos os mais veementes, os mais intensos em prol de medidas que venham suavizar a situação das classes produtoras ou intermediárias, sendo que cada núcleo, quer o da indústria, quer o do comércio, que o da lavoura, mais calorosamente argui as suas necessidades e os seus reveses, todos, entretanto, merecedores de igual amparo e proteção. Dois índices sobejamente significativos indicam e reclamam especial atenção dos poderes públicos, para o que se passa entre as classes conservadoras – o número de falências e a receita pública. A proporção que as primeiras aumentam consideravelmente, decresce a olhos vistos a segunda. Onde, então, vai

Carlos Nássaro Araújo da Paixão - *As estratégias de arregimentação política do interventor Juracy Magalhães e o lugar das oligarquias baianas na correlação de forças após a Revolução de 1930 (1930-1934)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 76-104. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a5

procurar o Estado a recompensa a esse desequilíbrio para a estabilidade de seus orçamentos? Exaurindo a capacidade tributária dos que ainda resistem à onda absorvente da crise? Não. Seria impatriótico, antieconômico, e até, quiçá, subversivo, assim procedendo. Faça-se uma arrecadação, oriunda de lançamentos escrupulosamente realizados, procurando se obster (*sic*) do contribuinte o que, na verdade, possa ele satisfazer, e ter-se-á uma receita inesperada e compensadora, que, certamente, muito concorrerá para o equilíbrio orçamentário, coadjuvado pela correlata restrição de despesas”» (Relatório da ACB, 21/02/1932: 184-185).

A continuação do discurso transformou-se em um misto de diagnóstico da situação econômica no contexto de crise na unidade federativa que era também marcada pela hipertrofia da dependência em relação ao mercado externo. Apresentavam-se, também, explicitamente os termos condicionantes do apoio que as “classes conservadoras”, por ora, ofereciam ao novo interventor. A pressão era exercida, sobretudo, em relação à política tributária que deveria ser adotada pelo governo estadual. Prova disso, foi a participação de membros da diretoria da Associação na comissão montada para preparar um novo código tributário para a Bahia. Nesse caso, urgia a diminuição imediata da carga de impostos que era uma ferramenta utilizada por diversos governos para estabilizar a situação de *déficit* orçamentário.

Em ofício encaminhado ao presidente da Associação Comercial da Bahia, datado de 26 de janeiro de 1932, Juracy Magalhães destacou a importância do apoio conferido pelas “classes conservadoras” à sua interventoria.

«Em meio à confusão derrotista, que os poucos inimigos da revolução e do atual governo procuram estender até as classes conservadoras, torna-se admirável esta atitude serena e superior, esta resistência pacífica e convicta do comércio da Bahia, trazendo à administração do Estado o conforto de seu prestígio, festejando-o com as seguranças de sua simpatia, e, principalmente, solidarizando-se com ele para a grande obra de reconstrução financeira e administrativa em que se acha empenhado» (APEBa, Fundo Republicano, Secretaria de Governo, cx. 1854 doc. 2027, 26/01/1932, fl. 152).

O apoio explícito da Associação Comercial ao novo interventor foi considerado inoportuno no contexto das disputas intraoligárquicas que se estabeleceram na Bahia logo após 1930. O Jornal *O Imparcial* constituiu-se como um dos principais críticos desta aproximação entre o chefe do poder executivo estadual e os representantes do comércio baiano. Em uma nota intitulada *A última solidariedade*, publicada em 11 de novembro de 1931, o articulista relembrou o fato de que o presidente da Associação já havia também convidado para uma recepção e coberto de honrarias o ex-interventor Arthur Neiva e

Carlos Nássaro Araújo da Paixão - *As estratégias de arregimentação política do interventor Juracy Magalhães e o lugar das oligarquias baianas na correlação de forças após a Revolução de 1930 (1930-1934)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 76-104. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a5

nesse convescote teria dito que a Bahia não seria governada por um “tenentezinho”. Uma referência direta a Juracy Magalhães. Esse foi o mote utilizado para criticar o afastamento da associação de sua pretensa neutralidade política (BPEBa, O Imparcial, 11/11/1931: 02).

O que ficou patente na relação entre os representantes da fração comercial da burguesia baiana e o novo interventor foi a confluência de interesses. O segundo, apesar de ter a legalidade do poder, posto que, era um lugar-tenente dos vencedores de 1930, necessitava de inserção na fração econômica da classe dominante caso desejasse colocar em prática o seu projeto de poder. Em contrapartida, os primeiros precisavam estabelecer um contato mais íntimo com os detentores do poder político, caso desejassem que as suas demandas fossem acolhidas pelo Estado. E, por outro lado, atuavam, como já foi dito, enquanto grupo de pressão, que se utilizava de seu poder econômico para forçar o Estado a aprovar medidas fiscais e tributárias que favorecessem os seus negócios.

Uma demanda da fração comercial levada ao interventor e que contou com a mediação da Associação Comercial foi a questão cambial. Diante das dificuldades dos comerciantes em adquirir moedas estrangeiras para desenvolver as suas transações comerciais, apelaram para Juracy Magalhães:

«O sr. Tenente Juracy Magalhães, Interventor Federal, procurando remover as dificuldades existentes para aquisição de cambiais ao Banco do Brasil, já se dirigiu ao sr. Ministro da Fazenda, pedindo providências imediatas, em torno da matéria» (BPEBa, Diário de Notícias, 01/12/1931: 1).

Em comunicação à referida Associação, reproduzida pelo *Diário de Notícias*, o executivo estadual prestou as devidas satisfações de suas ações que visavam dirimir os seus problemas com o Banco do Brasil:

«Tenho a grata satisfação de levar ao conhecimento de v.s. e dessa benemérita Associação que o sr. Interventor, tomando na devida conta a representação feita pelas firmas importadoras desta praça contra a limitação da compra de cambiais pelo Banco do Brasil, telegrafou ao exmo. sr. ministro da Fazenda pedindo providências. E dada a relevância do assunto intimamente ligado à economia comercial deste Estado, é de prever-se que a solução não tardará» (BPEBa, Diário de Notícias, 01/12/1931: 1).

Carlos Nássaro Araújo da Paixão - *As estratégias de arregimentação política do interventor Juracy Magalhães e o lugar das oligarquias baianas na correlação de forças após a Revolução de 1930 (1930-1934)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 76-104. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a5

Outra questão sensível que afetava o comércio baiano era o endividamento. Juracy Magalhães, novamente, foi inquirido a responder às demandas dos comerciantes da Bahia. Altamirando Requião, diretor do *Diário de Notícias*, funcionava como um intermediário entre o interventor e a ACB, e saiu em defesa da fração comercial, para solicitar ao Estado a prorrogação e o desconto de impostos devidos:

«A benemérita ‘Associação Comercial da Bahia’, órgão legítimo das nossas classes conservadoras e uma tradição de operosidade construtora e sadia, em nossa terra acaba, no cumprimento salutaríssimo programa de ação de endereçar longo ofício ao sr. Interventor do Estado, pleiteando providências, no sentido de ser decretada a prorrogação do pagamento dos impostos estaduais de indústrias e produções, relativos ao presente exercício financeiro até 31 de dezembro do corrente ano, com isenção das respectivas multas e do acréscimo de 25%, de que trata o art. 18 da Lei nº 2.226, de 16 de setembro de 1929» (BPEBa. Diário de Notícias, 12/12/1931: 2).

A arregimentação dos coronéis do interior

Uma vez que, na capital baiana, a inserção social de Juracy Magalhães passava pela aliança com políticos tradicionais e membros da fração comercial da burguesia, via Associação Comercial da Bahia, no interior, aquele montou uma sólida base de apoio que alicerçou seu domínio político no estado. A sua aliança com os coronéis foi justificada nos seguintes termos:

«Tenho que me defender de velhas raposas políticas, treinadas na arte de enganar o próximo, procurei criar um lastro político que permita à Revolução, na Bahia, uma situação estável, defendida de qualquer manobra de última hora» (Magalhães, 1982: 225).

Desse modo, ele buscou mostrar para Vargas, em correspondência datada de 03 de janeiro de 1932, a necessidade da arregimentação política enquanto um antídoto para volta dos chamados “decaídos”:

«Depois de meu regresso do Rio é a primeira vez que posso lhe enviar notícias. Os atropelos da confecção do orçamento e as conversas políticas com os homens do interior e da capital absorveram-me, completamente, o tempo. Felizmente tudo marcha a contento. Como tenho que me defender de velhas raposas políticas, treinadas na arte de enganar o próximo, procurei criar um lastro político que permita à Revolução, na Bahia uma situação estável, defendida de qualquer manobra de última hora. Minha maior preocupação é evitar que os políticos, que estão se aproximando depois da vitória da Ditadura, adquiram a força perdida com a exploração de desfrutarem o prestígio oficial. Assim, tenho organizado diretamente os diretórios municipais contando já com a

Carlos Nássaro Araújo da Paixão - *As estratégias de arregimentação política do interventor Juracy Magalhães e o lugar das oligarquias baianas na correlação de forças após a Revolução de 1930 (1930-1934)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 76-104. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a5

esmagadora maioria do Estado. Isto retardou um pouco o Congresso partidário que só será instalado a 23 do corrente, quando espero ter concluído a organização política do interior» (Magalhães, 1982: 225-226).

As oligarquias ainda mantiveram parte de seu poder concentrado, sobretudo, na esfera local, assim, aqueles grupos ligados ao regime derrotado foram substituídos pelos representantes da antiga oposição, desse modo, o poder central as subordinou através das interventorias que a partir de então assumiram o lugar dos governos estaduais (Fausto, 1982: 110).

A base de apoio político que foi construída em favor de Juracy Magalhães ocorreu com a anulação política dos derrotados política e militarmente em 1930. Ele iniciou esse processo criando uma intrincada rede de alianças, utilizando-se de uma relação direta com os chefes locais. Ao mesmo tempo em que prestigiava os seus aliados com o atendimento de suas demandas, dificultava o acesso aos recursos financeiros para os seus adversários:

«Acho exagero condenar o coronel; ele não é uma figura que mereça ser estigmatizada. Em minha vida política, apeguei-me aos coronéis que me pareciam os mais adequados e repudiei os que não mereciam a minha confiança. Escolhidos estes últimos, que eram poucos, entreguei aos primeiros a responsabilidade da liderança política local. Eles assumiram compromissos políticos comigo e exerceram uma liderança correta, trazendo muitos louros para minha pessoa. / O que fiz, na realidade, foi aproveitar os elementos válidos de cada municipalidade para criar uma sólida base política e assegurar a continuidade revolucionária. Além disso, dei autonomia política às chefias locais, eliminando intermediários, como João Mangabeira e Chico Rocha, para tratar dos problemas diretamente com os pequenos chefes municipais, que passaram a me manifestar suas preferências, indicando eles próprios o candidato a deputado que desejavam apoiar em sua área, de modo a estabelecer nossa vinculação em bases absolutamente democráticas e reais» (Magalhães, 1982: 83).

O recurso ao apoio dos coronéis explica-se pelo fato de que a chamada Revolução de 1930 não alterou as estruturas socioeconômicas, e nem era efetivamente o seu objetivo, além disso, e o mais fundamental, era que as formas de acesso à posse da terra mantiveram-se intactas. Portanto, o atraso social, político e econômico ainda grassava nos sertões baianos e era esse retardamento que permitia, ainda, que o sucesso de qualquer agrupamento político passasse pelo crivo do apoio significativo dos coronéis.

A eliminação de intermediários foi fundamental para que Juracy Magalhães pudesse estabelecer uma estrutura política que tivesse o município por base. Ele buscou minar o poder dos principais políticos e incentivou aqueles de menor expressão,

Carlos Nássaro Araújo da Paixão - *As estratégias de arregimentação política do interventor Juracy Magalhães e o lugar das oligarquias baianas na correlação de forças após a Revolução de 1930 (1930-1934)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 76-104. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a5

diretamente submetidos a ele, para a montagem da máquina política que resultou na fundação do Partido Social Democrático, em 1933.

«Um desses líderes políticos, Manuel Novais, se tornou meu oficial-de-gabinete, pois demonstrou desde cedo extraordinário pendor para a política. Embora fosse um rapaz de apenas vinte e três anos, oriundo do sertão pernambucano, entreguei-lhe uma espécie de chefia de estado-maior na organização política da qual resultou o Partido Social Democrático da Bahia» (Magalhães, 1982: 83).

A repactuação, envolvendo o Estado e os chefes locais, permitiu que se continuassem as práticas políticas marcadas pelos acordos e barganhas entre os coronéis e os representantes dos vencedores de 1930. A vitória veio seguida de uma transformação do mandonismo local, integrando-o na política nacional. Para o chefe local ter acesso às verbas e obras estatais foi preciso se integrar em uma estrutura de poder cada vez mais centralizada. O coronel que era marcado por um poder altamente personalista, precisou se disciplinar e se submeter à estrutura de um partido político centralizado e burocratizado, visando sobreviver politicamente (Pang, 1979: 232).

O primeiro passo para uma organização mais centralizada dos chefes políticos locais foi a inauguração da Coligação Sertaneja, em 19 de janeiro de 1933, na cidade de Juazeiro. Na ata que registrou o evento, estavam estabelecidos os motivos para a fundação da agremiação:

«A extensa faixa de terra banhada pelo Rio São Francisco, politicamente, estava retalhada. Conforme noticiamos, os homens públicos daquela região, num exemplo de grande alcance patriótico, acabam de se arregimentar consolidando as suas forças políticas, para o engrandecimento do sertão e defesa de seus múltiplos interesses, fundando a “Coligação Sertaneja”» (GCPR, Bahia, Lata 85, Anexo 8, 25/01/1933).

Essas palavras são representativas do significado da arregimentação dos principais chefes políticos da zona do Rio São Francisco: o que se destaca é a ideia de pacificação das disputas que tanto marcaram a região na Primeira República. Nesse sentido, a organização das lideranças sertanejas em uma agremiação política centralizada, submetida ao controle do interventor, constituiu-se em subordinação ao poder central, após o seu desarmamento depois de 1930. Como sugere o mesmo documento em outra

Carlos Nássaro Araújo da Paixão - *As estratégias de arregimentação política do interventor Juracy Magalhães e o lugar das oligarquias baianas na correlação de forças após a Revolução de 1930 (1930-1934)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 76-104. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a5

passagem, a reunião de arregimentação ocorreu de modo a fazer parecer que o interventor não estava envolvido e, mais do que isso, capitaneava todo o processo.

A reunião de fundação do referido grupo foi convocada com a anuência e sob a autoridade de Juracy Magalhães e de Getúlio Vargas que estavam buscando uma maneira mais eficiente de subordinar politicamente uma região marcada pelas disputas pessoais e pelo personalismo do poder. A instalação da agremiação apareceu exatamente como uma estratégia de dominação política daquela zona (GCPR, Bahia, Lata 85, Anexo 8, 25/01/1933). Portanto, era preciso ter, diz Juracy Magalhães em carta ao seu preposto na região, Nelson Xavier, após a organização dos diretórios políticos locais, “todos integrados nos ideais revolucionários e, para acautelar todos os interesses da zona como salvaguardá-la da repetição de atritos que tanto a tem desabonado, propunha a assinatura de um pacto” (GCPR, Bahia, Lata 85, Anexo 8, 25/01/1933). Leia-se “ideais revolucionários” como a tentativa de estabelecimento no Brasil de uma modernização burguesa, através de uma centralização política conservadora e “por cima”. E, para tanto, era necessário dobrar qualquer obstáculo particularista e autônomo dos poderes locais. O pacto que foi proposto/imposto pela interventoria e pela chefia do Governo Provisório, em seus diversos pontos, deixava clara a intenção de subordinação do mandonismo local. Portanto, se destacarão aqueles considerados mais relevantes para subsidiar a discussão proposta:

«I – Fica criada a “Coligação Sertaneja” firmada pelos signatários da presente, a qual apoiará o Exmo. Snr. Tenente Juracy Montenegro Magalhães digníssimo Interventor Federal, e a sua obra política, sejam quais forem as consequências a que nos levem o resultado desse apoio. / II – Manter plena harmonia de vistas na escolha de seus representantes políticos com o Diretório Político Central, cujas decisões apoiará (...). / III – Esquecer completamente as velhas dissensões partidárias e pessoais acatando como vontade arbitral a decisão da coligação (...)» (GCPR, Bahia, Lata 85, Anexo 8, 25/01/1933).

Este documento celebrou o início do processo de organização política da base de apoio de Juracy Magalhães, na Bahia⁷. Ele não destituiu completamente o poder dos chefes locais nos seus municípios. Inclusive não se imiscuiu em questões de fronteiras e limites

⁷ Para a discussão sobre a arregimentação política da oposição liberal a Juracy Magalhães, ver Silva (2011) e Batista (2018). A oposição a Juracy Magalhães na Bahia também se dava com relação aos Integralistas. sobre esse tema, ver Ferreira (2009) Alves Neta (2018).

Carlos Nássaro Araújo da Paixão - *As estratégias de arregimentação política do interventor Juracy Magalhães e o lugar das oligarquias baianas na correlação de forças após a Revolução de 1930 (1930-1934)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 76-104. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a5

entre as localidades, que deveriam ser resolvidas entre os membros signatários da coligação. Mas, para exercerem a dominação política, os coronéis deveriam se enquadrar nas regras ditadas pelo interventor. Inicialmente, ficou claro que aquela organização tinha por objetivo principal o apoio político a Juracy Magalhães, independentemente das consequências que essa atitude trouxesse.

Em relação ao Diretório Central, a Coligação detinha uma posição de subordinação, pois deveria apoiar as suas decisões e, por fim, mais uma vez, foi ressaltada a necessidade da pacificação política da região. Isto se explica pela impossibilidade de Juracy Magalhães controlar as ações dos seus prepostos no interior em uma situação de instabilidade marcada pelas disputas pessoais. Tendo por líderes Nelson Xavier, trazido pelo interventor para presidir a Empresa de Navegação do São Francisco, Franklin Lins do Albuquerque, chefe das cidades de Remanso e Pilão Arcado e Abilio Wolney, chefe político da região de Barreiras, a Coligação tinha por objetivo consolidar a presença mais efetiva do Estado na região.

A arregimentação política dos chefes municipais, que continuou com a fundação do Partido Social Democrático (PSD), serviu para Juracy Magalhães demonstrar a Vargas o prestígio que ele havia conquistado na Bahia, ao mesmo tempo em que provava sua força para os adversários. O fato de ter conseguido deslocar lideranças políticas de diversas cidades do interior para a capital, fez transparecer que o interventor, de fato, estava se tornando uma importante liderança, tanto em nível regional, quanto no âmbito nacional.

«Deu-me um grande trabalho essa arregimentação, pois, como Vossa Excelência sabe, a política baiana é cheia de grupinhos, formados, em geral, por incompatibilidades pessoais. Apesar disso, consegui reunir elementos que asseguram à Revolução em esmagadora maioria, no Estado. Vieram ao Congresso, pessoalmente, velhos chefes sertanejos, muitos dos quais nunca tinham comparecido a uma reunião política e outros jamais tinham vindo à capital. (...). Basta dizer a Vossa Excelência que a gente do São Francisco veio *unânime*, depois de ter feito a fusão de todas as suas forças políticas, em uma reunião na cidade de Juazeiro. Parece-me o fato mais expressivo do momento político baiano, pois aquela gente viveu sempre dividida por lutas tremendas» (Magalhães, 1982: 237) (grifo do autor).

O seu propósito em controlar as disputas pessoais dos chefes locais e fazê-las reverberar nas estruturas do Estado, para que ele pudesse atuar enquanto um árbitro foi

Carlos Nássaro Araújo da Paixão - *As estratégias de arregimentação política do interventor Juracy Magalhães e o lugar das oligarquias baianas na correlação de forças após a Revolução de 1930 (1930-1934)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 76-104. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a5

confirmado nesta correspondência. Ao se fazer uma comparação entre este parágrafo e os principais artigos do pacto que fundou a Coligação Sertaneja, pode-se perceber quase uma repetição de palavras. Principalmente no que diz respeito às incompatibilidades pessoais. Destacou, ainda, a pacificação dos sertões como “o” fato de relevo no momento político da Bahia. Continuou a enfatizar a sua estratégia de mobilização política do interior do estado, através da montagem de uma máquina de dominação política que garantisse o sucesso no processo de inserção da Bahia em uma rota de modernização burguesa:

«Parece-me que acertei no plano concebido por minha *calourice* política. fiz aparecer a gente que tem prestígio real, promovendo o afastamento dos intermediários parasitas. (...). Dei uma oportunidade aos homens de prestígio de aparecerem no cenário político, pessoalmente, e isto, ao lado de ter contribuído para destruir o falso prestígio dos “gros bonets” da política baiana, vai fazê-los dar um rendimento muito maior, pois trabalhão ardorosamente para mostrar que o prestígio era deles» (Magalhães, 1982: 237) (grifo do autor).

Ao tirar do caminho a maioria dos políticos tradicionais que dominavam o cenário anterior a 1930, Juracy Magalhães pôde manobrar com aqueles de menor prestígio. Ele agiu assim, pois contou com uma estrutura e uma forma de comportamento político das oligarquias, na qual, não importava quem estivesse no poder, elas eram governistas. A conjuntura permitiu que o seu partido fosse majoritário em grande parte dos municípios, inclusive em alguns “estão reorganizados dois diretórios; prestigiamos o melhor, mas mesmo assim, os diretórios de oposição local apoiam o governo” (Magalhães, 1982: 237). Para finalizar o seu relato, a confirmação de que, enquanto preposto do Chefe do Governo Provisório, estava encaminhando a Bahia para que ficasse em conformidade com os planos do bloco no poder: “posso hoje assegurar a Vossa Excelência que a Bahia será um dos Estados, em cujo apoio político pode o seu governo mais tranquilamente confiar. Daqui não sairão surpresas” (Magalhães, 1982: 237).

O que Juracy Magalhães informa como resultado de seu gênio político e perspicácia, é fruto, na verdade, de uma situação política e de correlação de forças concreta. Os trezentos e quarenta e seis representantes, municipais e distritais, que participaram do congresso de lançamento do PSD estavam administrativa e hierarquicamente subordinados a ele, pois cabia ao interventor a nomeação e a consequente demissão dos administradores municipais. Ele relatou o resultado da reunião

Carlos Nássaro Araújo da Paixão - *As estratégias de arregimentação política do interventor Juracy Magalhães e o lugar das oligarquias baianas na correlação de forças após a Revolução de 1930 (1930-1934)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 76-104. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a5

de fundação do PSD em uma carta/relatório enviada para Vargas, em 31 de janeiro de 1933.

Portanto, o sucesso de público daquele evento dependeu, também, do poder de coerção de um Estado que, naquele contexto, enfrentava uma centralização autoritária, uma vez que, a partir de outubro de 1930, foram destituídos os chefes dos executivos estaduais, todos os parlamentares em todos os níveis e todos os prefeitos. Os ocupantes dos cargos foram escolhidos pelos interventores, que, por sua vez, foram indicados pelo Chefe do Governo Provisório. E, de todo modo, esse já havia aparecido diretamente na imposição do pacto que resultou na formação da Coligação Sertaneja (Magalhães, 1982: 228-229).

Em um relatório datado de 1933, de autoria desconhecida, sugeria-se que Vargas, ou outro membro do alto escalão do Governo Provisório, estava espionando os seus delegados, nomeados para as Interventorias Federais nos estados. O autor descreveu as reuniões de fundação da Coligação Sertaneja e de organização do PSD, tendo, inclusive, acesso a todos os documentos dessas instituições, com destaque para os regimentos. Ademais, o documento foi uma verdadeira avaliação do comportamento e das realizações políticas de Juracy Magalhães e do grupo que estava montando em torno de si. O tom da descrição variava entre a reprovação e a aberta condenação do que o autor considerava um desvio de conduta de alguém que deveria “consolidar a vitória da revolução” e acabou pactuando com elementos ligados à “política dos decaídos”.

O documento relaciona-se com importante papel desempenhado por Juracy Magalhães na correlação de forças que equilibravam a situação política local e nacional. Para além das desconfianças apontadas, a fonte revela a importância e o cuidado com as interventorias nos estados da federação e a continuidade dos problemas apontados pela Aliança Liberal. Ela se constituiu em exemplo da maneira pela qual Juracy Magalhães foi tecendo a rede de contatos e alianças que permitiram a sua permanência na vida política, ocupando cargos em diversas esferas institucionais do aparelho de Estado, por aproximadamente quarenta anos. Nesse caso, foi sintomático o fato de que o relatório foi produzindo em um momento em que Juracy Magalhães ainda poderia ser considerado um iniciante na vida pública.

Carlos Nássaro Araújo da Paixão - *As estratégias de arregimentação política do interventor Juracy Magalhães e o lugar das oligarquias baianas na correlação de forças após a Revolução de 1930 (1930-1934)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 76-104. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a5

O documento encontrava-se dividido em sessões diversas. Na primeira, foi possível identificar o período da viagem e o itinerário do autor do relatório: chegou à Bahia no dia 21 de janeiro e partiu para Sergipe em 28 de janeiro; retornou à Bahia em 1 de fevereiro; foi ao Bom Jesus em 3 de fevereiro; retornou novamente à Bahia em 6 de fevereiro e foi para o Rio de Janeiro em 8 de fevereiro de 1933.

Na segunda, pode-se perceber um relato detalhado da convenção que resultou na organização do PSD, com destaque para o estatuto, o programa partidário, o regimento interno e o prestígio político do partido. No último ponto, o relator ressaltou que o partido “representava mais de 80% da força eleitoral baiana” (GCPR, Bahia, Lata 85, Relatório 1933: 3). Depois, teve lugar a caracterização e a situação política do Interventor, da oposição, do alistamento eleitoral. Por fim, situou um breve relato da situação administrativa do Estado. Ao final do relatório, foi possível encontrar uma série de anexos, compostos de matérias da imprensa versando sobre o quadro político no estado, bem como o estatuto do PSD; o anteprojeto do programa do partido; o Regimento Interno do Congresso Político da Bahia; e uma espécie de dossiê sobre os principais nomes que compunham a direção partidária, e, conseqüentemente, os aliados e articuladores políticos de Juracy Magalhães; a ata de inauguração da Coligação Sertaneja.

O documento em questão apresentou possibilidades de análise sobre o quadro político na Bahia no início de 1933, ano fundamental para a reorganização das forças políticas do estado, devido à eleição para a formação da Assembleia Constituinte. Entre elas, pode-se ressaltar o relato/julgamento que o relator produziu sobre a desenvoltura política de Juracy Magalhães. Em primeiro lugar, esclareceu o fato de que o interventor atuava nas sombras para articular com os chefes municipais e que a censura estabelecida por ele, na imprensa local, impediu que fosse noticiado a exigência da indicação do seu nome para o governo constitucional da Bahia.

«Ninguém ignora que o Interventor é o animador do Partido Social Democrático. Este dá-lhe prestígio integral. (...). Manobrou habilmente com a política municipal, o que deu em resultado o pacto de 28 de junho de 1932, dos municípios do S. Francisco (...). Os jornais não publicaram a 2ª clausula deste pacto, e que reza assim: ‘A Coligação Sertaneja compromete-se a indicar o nome do Tte. Juracy Magalhães para primeiro governador constitucional da Bahia’» (GCPR, Bahia, Lata 85, Relatório 1933: 03).

Carlos Nássaro Araújo da Paixão - *As estratégias de arregimentação política do interventor Juracy Magalhães e o lugar das oligarquias baianas na correlação de forças após a Revolução de 1930 (1930-1934)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 76-104. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a5

Destaca-se, neste trecho, a estratégia utilizada por Juracy Magalhães para estabelecer rapidamente uma base de sustentação política. Utilizou-se de sua condição de indicado e diretamente ligado ao chefe do Governo Provisório para garantir o apoio dos chefes políticos do interior. Ao lançar mão de suas relações com Vargas, manobrou com a dependência característica dos coronéis em relação aos recursos do poder central, fundamentais para que pudessem manter o seu poder na esfera local (SAES, 1988, p. 105-106). Outra questão que apareceu foi a intenção, desde o início da arregimentação política, de estabelecer minimamente as bases de um domínio político, ao forçar o apoio dos seus aliados/subordinados à indicação e consolidação do seu nome como governador da Bahia, tão logo retornasse o regime constitucional. Após esta breve introdução, o autor do relatório estabeleceu em dez pontos um diagnóstico da atuação do Interventor:

«1- Está com a força eleitoral da Bahia, isto é indiscutível – talvez 90% de todo eleitorado./ 2- Quer ser o primeiro governador constitucional, ou então dar o poder a João Marques dos Reis – e, provavelmente, o conseguirá./ 3- É político hábil, tendo o defeito de *querer tornar-se simpático a todas as correntes*./ 4- É totalmente *destituído de escrúpulos em política*./ 5- Está embalado pela segurança de seu triunfo; mas como aproveitou, às vezes, os piores elementos (v.g. Franklin de Albuquerque, Rosendo Almeida, Pinto Dantas, Duque, et caterva...), só pelo motivo de terem força nos municípios, é capaz de ter grandes dissabores, pois este pessoal é destituído de escrúpulos e o esquecerá bem cedo./ 6- É duro nos processos administrativos – adversários não alista ninguém./ 7- Não parece estar muito ligado ao Aranha. É inimigo do João Mangabeira, a quem convidou para o partido e que impôs, como condição sine qua, sua eleição para a presidência do Diretório Central e a posse política de vários municípios dos mais importantes, como Ilhéus, Jequié, etc., o que foi recusado. Foi impossível apurar suas relações com José Américo./ 8- Tem contra si boa parte dos bons elementos da Capital, por causa do caso dos estudantes da Faculdade de Medicina./ 9- Quer agradar e o consegue em cerca de 70% dos casos. É inteligente, orador regular, maneiroso e hábil, além de muito manhoso./ 10- *Cercou-se de elementos díspares, em que predominam os elementos maus que tem prestígio político*» (GCPR, Bahia, Lata 85, Relatório 1933: 03-04) (grifo nosso).

Esta longa citação demonstrou que Juracy Magalhães se aliou e trouxe para o bloco de poder, forças sociais heterogêneas. Algumas expressões utilizadas deram a justa representação desta compreensão: “querer tornar-se simpático a todas as correntes”; ser destituído de escrúpulos em se tratando de política; o proveito dos piores elementos, desde que eles desfrutassem de prestígio político. Independente do julgamento moral, o que foi relatado confirmava o fato de que seria impossível para Juracy Magalhães, ou qualquer outro que assumisse o cargo, governar alheio às diferentes frações das classes dominantes

Carlos Nássaro Araújo da Paixão - *As estratégias de arregimentação política do interventor Juracy Magalhães e o lugar das oligarquias baianas na correlação de forças após a Revolução de 1930 (1930-1934)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 76-104. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a5

da Bahia. Segundo as impressões apresentadas no documento, o interventor estava tendo êxito em sua estratégia de arregimentar as oligarquias do estado, vide a sua força eleitoral que contava com aproximadamente noventa por cento do eleitorado e conseguia agradar em setenta por cento das vezes, embora não haja nenhuma explicação metodológica de como teria chegado a este número.

Para completar essas informações, ao final do relatório há um dossiê anexado, a respeito dos principais aliados de primeira hora ao governo de Juracy Magalhães, a partir de sua chegada à Bahia, que ajudou na compreensão do processo de construção da rede de apoios sociais, políticos e econômicos que constituiu a sua base política. Destaquem-se as informações sobre Correia de Menezes, Pacheco de Oliveira e os chefes políticos da zona cacauzeira, Gileno Amado, de Itabuna e os irmãos Arthur Lavigne e Eugênio Lavigne, de Ilhéus. Sobre Correia de Menezes, secretário do Interior de Juracy Magalhães, foi dito, entre outras coisas, que: “nunca foi revolucionário, sempre foi *seabrista* e adepto fervoroso do Sr. Moniz Sodré. Com a vitória da Revolução, em 1930, passou-se com armas e bagagens para a corrente dos tenentes” (GCPR, Bahia, Lata 85, Relatório 1933, anexo nº04: 02). A análise sobre Pacheco de Oliveira foi mais extensa, porque esse era um dos principais articuladores políticos do interventor, rivalizando com Clemente Mariani, Marques dos Reis, Medeiros Neto e Manoel Novais:

«Assumindo o Tenente Juracy a interventoria, o Sr. Pacheco de Oliveira se insinuou de tal forma que hoje é um dos pró (*sic*) homens da situação. O “Diário da Bahia”, jornal de propriedade do Sr. Geraldo Rocha e que estava arrendado ao Sr. Moniz Sodré, foi adquirido pelo Sr. Pacheco de Oliveira, que, auxiliado pelo Sr. Tenente Juracy, constituiu uma Sociedade Anônima com o capital de 600 contos, sendo passadas ações aos prefeitos e a todos os chefes políticos do interior. O Club 3 de Outubro muito combate a ação preponderante que o mesmo exerce sobre o interventor. É o chefe político da capital, tendo nomeado 15 sub-Comissários. Conseguiu a nomeação de um genro para médico do Corpo de Bombeiros, um filho para Promotor da Capital, e dois irmãos para escriturários do Saneamento e da Prefeitura» (GCPR, Bahia, Lata 85, Relatório 1933, anexo nº04: 02).

Também proveniente da situação anterior, Pacheco de Oliveira viu na adesão à nova situação a única possibilidade de sobrevivência política. Por outro lado, o novo interventor utilizou-se do prestígio político que o ex-deputado possuía na capital para conseguir estabelecer o seu domínio frente ao grupo político deposto pelo movimento de 1930, e que possuía a sua base entre os setores burgueses de Salvador.

Carlos Nássaro Araújo da Paixão - *As estratégias de arregimentação política do interventor Juracy Magalhães e o lugar das oligarquias baianas na correlação de forças após a Revolução de 1930 (1930-1934)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 76-104. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a5

Juracy Magalhães, junto ao seu novo aliado, construiu um canal de comunicação que fosse a voz do governo frente à opinião pública. Para isso, utilizou-se de sua função no Estado para facilitar a compra de um veículo de imprensa, o *Diário da Bahia*, a partir de sua posse na interventoria. Finalmente, a continuação das velhas práticas de nepotismo e patrimonialismo, mostrando que sem a alteração das estruturas socioeconômicas, não haveria mudança significativa na organização política. Juracy Magalhães teria que aceitar essas práticas se quisesse constituir uma base minimamente eficaz e consolidada.

Ao prestigiar Gileno Amado e os irmãos Lavigne, Juracy Magalhães, de uma só vez, buscou minar o poder de João Mangabeira na região, eliminando-o da condição de intermediário e estabelecer uma relação mais direta com a fração burguesa ligada aos negócios do cacau. Sobre o primeiro, chefe político de Itabuna, assim analisou o documento: “sempre foi perrepista exaltado, até que, em 1932, o Sr. Juracy chamou-o para o seu partido. Foi o orador dos Convencionais de 1933, saudando o Sr. Juracy Magalhães.” (GCPR, Bahia, Lata 85, Relatório 1933, anexo nº04: 03). Esse foi mais um, entre tantos outros, que, pensando na sobrevivência política, esqueceu qualquer tipo de coloração partidária ou identificação ideológica e mudou-se por completo para o grupo governista. Juracy Magalhães, por outro lado, utilizou-se do seu poder de barganha, daquele que possuía o poder de distribuir os recursos do Estado, em forma de empregos, verbas e melhoramentos urbanos para ampliar a base social de seu grupo político em formação.

Considerações finais

Entre 1931 e 1937, Juracy Magalhães compôs um bloco de poder formado por diversas frações da classe dominante baiana: articulou-se com a fração comercial, através dos apoios e das relações construídas com as agremiações representantes do comércio; teve como correligionários elementos ligados ao setor financeiro, como foi o caso de Clemente Mariani; organizou politicamente e contou com a sustentação dos chefes políticos do interior, os coronéis do sertão; angariou, ainda, o apoio da burguesia cacauera. Conforme documento analisado, ele não demonstrou qualquer escrúpulo em se aliar aos diferentes grupos socioeconômicos que formavam a classe dominante da Bahia. Desde que essa base de apoio viabilizasse a sobrevivência de seu grupo político,

Carlos Nássaro Araújo da Paixão - *As estratégias de arregimentação política do interventor Juracy Magalhães e o lugar das oligarquias baianas na correlação de forças após a Revolução de 1930 (1930-1934)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 76-104. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a5

as alianças com as forças mais heterogêneas não passavam por quaisquer crivos morais ou de afinidades de ideias, caso o objetivo fosse a viabilização do seu domínio.

Neste sentido, é necessário retomar o fato de que em razão da estrutura socioeconômica brasileira, a Revolução de 1930 não pode ser pensada muito mais do que um contexto de crise de hegemonia, cujo resultado gerou um regime no qual as partes integrantes, a saber, os setores dissidentes da oligarquia e elementos das classes médias representadas pelos oficiais de baixa patente, não possuíam a força necessária para o estabelecimento de uma dominação política. Por outro lado, a burguesia interna, no Brasil, inserida de maneira dependente no sistema capitalista, em sua etapa monopolista, não poderia assumir a sua tarefa histórica de efetivação de uma revolução de caráter democrático-burguês. Neste sentido, o Estado aparece em sua autonomia relativa em relação às classes em presença e assume a tarefa de organização das classes dominantes. E Juracy Magalhães foi compreendido como um preposto deste Estado.

Portanto, a transformação do Brasil de um país agrário e rural, em urbano e marcado pela industrialização, deveria ser tarefa do Estado, o qual, através de uma centralização autoritária, com um modelo de modernização conservadora, “por cima”, deveria, assumir o papel de fomentador da implantação de uma industrialização burguesa no país, controlando no processo qualquer sorte de convulsão social que viesse a abalar a ordem vigente. Esse deveria conviver com a permanência de setores ligados às antigas oligarquias, que ainda detinham o controle massivo da população rural em uma situação em que os vencedores de 1930 subordinavam seu acesso às instâncias de poder.

No caso da Bahia, as forças da inércia, representadas pelos diversos setores oligárquicos na capital e no interior, resistiram o quanto puderam, às tentativas, após 1930, de controle de suas formas de dominação, o que explica a alta rotatividade de interventores antes de setembro de 1931, quando Juracy Magalhães assumiu o cargo. E aí está a questão fundamental: esse personagem político não se desviou de nenhum programa previamente estabelecido, não traiu, necessariamente, movimento algum. As suas próprias alianças contavam com elementos tradicionais de diversas oligarquias estaduais, portanto, a sua postura política respondeu à uma necessidade que se colocava

Na Bahia, somente era possível alcançar o mínimo de base de apoio político se o ocupante do poder executivo estadual transigisse e negociasse com os diversos grupos de

Carlos Nássaro Araújo da Paixão - *As estratégias de arregimentação política do interventor Juracy Magalhães e o lugar das oligarquias baianas na correlação de forças após a Revolução de 1930 (1930-1934)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 76-104. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a5

suas classes dominantes; fossem os bacharéis, comerciantes e políticos profissionais da capital, ou os chefes locais, os coronéis do interior. E, desse modo, seguindo a proposta de centralização política e econômica preconizada por aqueles que ascenderam ao poder em 1930 e que buscavam a modernização capitalista do Brasil, Juracy Magalhães, articulado às frações das classes dominantes baianas, estabelecia, também, as bases desse mesmo processo na Bahia. Com a ressalva de que esse foi duplamente dependente: do centro dinâmico da economia nacional e do capitalismo monopolista internacional.

Carlos Nássaro Araújo da Paixão - *As estratégias de arregimentação política do interventor Juracy Magalhães e o lugar das oligarquias baianas na correlação de forças após a Revolução de 1930 (1930-1934)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 76-104. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a5

Bibliografia:

Fontes:

Ata da Fundação da Concentração Sertaneja, 25/01/1933

Carta encaminhada pelo Interventor Federal, Juracy Magalhães, ao chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas, 11/01/1932

Diário da Bahia. Edições Seleccionadas, 1931.

Diário de Notícias. Edições Seleccionadas, 1931.

GUEIROS, José Alberto (1996), *O Último Tenente*, Rio de Janeiro, Record.

MAGALHÃES, Juraci (1957), *Minha Vida Pública na Bahia*, Rio de Janeiro, José Olympio Editora.

_____(1982), *Minhas Memórias Provisórias: depoimento prestado ao CPDOC*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

O Imparcial. Edições Seleccionadas, 1931.

Ofício encaminhado ao Presidente da Associação Comercial da Bahia, 26/01/1932

Relatório da Associação Comercial da Bahia, 1932.

Relatório/Dossiê sobre a atuação política de Juracy Magalhães, 1933

VARGAS, Getúlio (1995), *Diário*, São Paulo, Siciliano, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas (Vol. I).

Estudos:

ALVES NETA, Amélia Saback (2018), *Os Verdes às Portas do Sertão: doutrina e ação política dos integralistas na Bahia (1932-1945)*, Salvador, Sagga.

BATISTA, Eliana Batista (2018), *A Bahia para os Baianos: acomodação e reação política ao governo Getúlio Vargas (1930-1937)*, Tese de Doutorado, Salvador, Universidade Federal da Bahia, 537 fls.

CARONE, Edgard (1975) *O Tenentismo: acontecimentos – personagens – programas*, Rio de Janeiro, DIFEL.

_____(1974), *A República Nova (1930-1937)*, São Paulo, Difel.

DEMIER, Felipe (2012), *O Longo Bonapartismo Brasileiro (1930-1964): autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário*, Tese de Doutorado. Niterói-RJ, Universidade Federal Fluminense, 506 fls.

Carlos Nássaro Araújo da Paixão - *As estratégias de arregimentação política do interventor Juracy Magalhães e o lugar das oligarquias baianas na correlação de forças após a Revolução de 1930 (1930-1934)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 76-104. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a5

_____(2013), *O Longo Bonapartismo Brasileiro (1930-1964)*: um ensaio de interpretação histórica, Rio de Janeiro, Mauad X.

FAUSTO, Boris (1982), *A Revolução de 1930: história e historiografia*, São Paulo, Brasiliense.

FERNANDES, Florestan (1976), *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Zahar Editores.

FERREIRA, Laís Mônica Reis (2009), *Integralismo na Bahia: gênero, educação e assistência social na Bahia em O Imparcial 1933-1937*, Salvador, EDUFBA.

IANNI, Octávio (1979), *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*, 3ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

LOPES, Raimundo Hélio (2014), *Um Vice-Reinado na República do Pós-30: Juarez Távora, as interventorias do Norte e a Guerra de 32*, Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 315 fls.

OLIVEIRA, Francisco de (2011), *Crítica à Razão Dualista / O Ornitorrinco*, São Paulo, Boitempo.

PAIXÃO, Carlos Nássaro Araújo da (2018), *“De Tenente Mancebo” a Experiência Embaixador: Juracy Magalhães e a construção de suas memórias sobre o desenvolvimento econômico do Brasil (1930-1967)*, Tese de Doutorado. Vitória da Conquista-BA, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 281 fls.

PANDOLFI, Dulce Chaves (1980), “A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político”, in Ângela Maria de Castro Gomes, org., *Regionalismo e Centralização Política: partidos e constituinte nos anos 30*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

PANG, Eul-Soo (1979), *Coronelismo e Oligarquias (1889-1943)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

POULANTZAS, Nicos (1971), *Poder Político e Classes Sociais*, Porto, Portucalense Editora, (vol. I-II).

PRADO JÚNIOR, Caio (2014), *A Revolução Brasileira / A Questão Agrária no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras.

SAES, Décio (1984), *Classe Média e Sistema Político no Brasil*, São Paulo, T. A. Queiroz.

Carlos Nássaro Araújo da Paixão - *As estratégias de arregimentação política do interventor Juracy Magalhães e o lugar das oligarquias baianas na correlação de forças após a Revolução de 1930 (1930-1934)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 76-104. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a5

_____(1985), *A Formação do Estado Burguês no Brasil (1888-1891)*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra.

_____(1998), *Estado e Democracia: ensaios teóricos*, 2ª ed., Campinas, SP: Unicamp Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (Coleção Trajetórias; 1).

SAMPAIO, Consuelo Novais (1992), *Poder e Representação: o legislativo da Bahia na Segunda República, 1930-1937*, Salvador, Assembleia Legislativa.

SANTA ROSA, Virgínio (1976), *O Sentido do Tenentismo*, São Paulo, Alfa-Ômega.

SANTOS, Mario Augusto (1991), *Associação Comercial da Bahia na Primeira República: um grupo de pressão*, Salvador, Associação Comercial da Bahia.

SILVA, Paulo Santos (2011), *Âncoras de Tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)*, 2ª ed., Salvador, EDUFBA.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de (1976), *Estado e Partidos Políticos no Brasil: 1930 a 1964*, São Paulo, Alfa - Omega.

TAVARES, Luís Henrique Dias (2001), *História da Bahia*, São Paulo, Editora da UNESP.

TRONCA, Ítalo (1986), *Revolução de 1930: a dominação oculta*, São Paulo, Brasiliense.

VARGAS, Getúlio (1995), *Diário*, São Paulo, Siciliano, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (Vol. I-II).

WEFFORT, Francisco (1978), *O Populismo na Política Brasileira*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.